

BOLETIM EDUCAÇÃO EM EVIDÊNCIAS



O que há de novo?

CURSO DE EXCEL PARA SERVIDORAS E SERVIDORES

Em nosso primeiro boletim falamos dos objetivos do EE – Escritório de Evidências (caso queira saber mais, escreva para nós!). Relembrando, uma de nossas missões é fomentar dentro da Seduc a cultura da gestão baseada em evidências, e para isso é fundamental formar recursos humanos em ferramentas de tratamento e análise de dados, como o software Excel. O primeiro curso elaborado pelo Escritório, Introdução à Análise de Dados e Excel, estará disponível pelo aplicativo do Centro de Mídias de São Paulo (CMSP) dentro dos próximos dias.

Divulgaremos uma série de vídeos didáticos concebidos e gravados por Vinicius Georges, da nossa equipe, em três módulos – Introdução à Análise de Dados, com fundamentos de estatística; Excel Básico e Excel Intermediário. O curso tem dicas bem práticas sobre como criar planilhas, gráficos e tabelas dinâmicas, além de ajudar a entender, a partir de casos concretos da política educacional, qual é a melhor forma de analisar e descrever dados de diferentes tipos, para facilitar o diagnóstico e a tomada de decisão. Fique ligado(a) nas nossas redes sociais, pois em breve divulgaremos as datas de horários da transmissão!

FIQUE POR DENTRO DO QUE ACONTECE NO ESCRITÓRIO DE EVIDÊNCIAS

Os Seminários online do Escritório de Evidências estão a pleno vapor. Veja a agenda desta quinzena.

ROBERTA LOBODA BIONDI (LEPES) - SEMINÁRIO ONLINE DIA 05/06, ÀS 17H: COMO AVALIAR A QUALIDADE DA FORMAÇÃO DOCENTE CONTINUADA?



Graduada em Economia pela Universidade de São Paulo, com mestrado na FEA - USP Ribeirão Preto e doutorado em Economia pela EESP-FGV na mesma área. Atuou como coordenadora de Pesquisa e Avaliação na Fundação Lemann entre 2016 e 2019. Atualmente é pesquisadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Economia Social (LEPES) da FEARP-USP. Tem experiência em construção de indicadores e avaliação de impacto de programas sociais.

O estudo que será apresentado está sendo desenvolvido por Roberta, em parceria com Maria Isabel Theodoro e Vinícius Princiotti, ambos do Lepes, e tem como objetivo discutir o contexto das formações continuadas de docentes oferecidas pelas Redes de Ensino, entendendo se são potencialmente eficazes para aprimorar a prática dos docentes, e se impactam no aprendizado dos alunos. Os pesquisadores desenvolveram um instrumento para captar as práticas utilizadas na formação, trazendo devolutivas a respeito da qualidade das formações a partir da perspectiva dos(as) participantes do percurso.

ARMANDO AMORIM SIMÕES (INEP) - SEMINÁRIO ONLINE DIA 12/06, ÀS 14H: O ICMS E SUA POTENCIALIDADE COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA EDUCACIONAL

Graduado em Física pela UFRJ, com Mestrado em Política Social e Planejamento em Países em Desenvolvimento pela London School of Economics and Political Science e PhD em Educação pela Universidade de Sussex. É Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, trabalhando como pesquisador no INEP, em temas como acesso e equidade educacional, financiamento da educação, gestão dos sistemas de ensino, entre outros.

O estudo analisa os regimes redistributivos da cota-parte do ICMS destinada aos municípios adotados pelos diferentes estados, buscando discutir o uso de incentivos tributários como instrumento indutor de políticas com base em resultados. Identifica as dimensões da educação consideradas e como tal componente afeta a distribuição dos recursos do ICMS. Destaca o caso do Ceará, único estado a utilizar como critério a melhoria de indicadores de resultados educacionais na aprendizagem com percentual expressivo na cota-parte do ICMS.



Assista e participe em www.escoladeformacao.sp.gov.br/aovivo2 ou pelo Canal Gestão do aplicativo do Centro de Mídias de São Paulo



OS VÍDEOS DAS PALESTRAS REALIZADAS ANTERIORMENTE ESTÃO DISPONÍVEIS NA REDE DO SABER. ASSISTA E DIVULGUE!



Dicas baseadas em evidências

REFLEXÕES PARA UM MUNDO PÓS PANDEMIA

A Fundação Santillana tem realizado uma série muito interessante de lives intitulada “Reflexões para um mundo pós pandemia”, partir da perspectiva da formação integral, todas disponíveis na página da fundação no Facebook. No dia 21 de maio assistimos ao debate [Corpo e Mente: a formação integral em um mundo virtual](#), entre a pesquisadora Elvira Souza Lima, que atua na área da neurociência e da cultura aplicadas à educação, e o bailarino e educador Ivaldo Bertazzo, que teve seu belíssimo trabalho na Favela da Maré, no Rio de Janeiro, reconhecido internacionalmente. “O isolamento social imposto pela pandemia está levando a educação para o espaço digital. Neste contexto, como trabalhar a corporeidade a distância? O que podemos mudar na formação integral dos jovens quando for possível estar junto novamente?” – essas foram algumas das perguntas que nortearam o debate, mediado por André Lázaro e Miguel Thompson.

Evidências educacionais em debate

OS PROBLEMAS DE CONVIVÊNCIA NA ESCOLA: QUE SOCIEDADE QUEREMOS NO FUTURO?

No dia 17 de abril recebemos em nosso Seminário Telma Vinha, professora-doutora da Faculdade de Educação da Unicamp, especialista nos temas da educação moral e em valores, clima e convivência escolar.

A apresentação de Telma, baseada em artigo disponível no nosso [Portal de Dados Abertos](#), começou com a pergunta do título: se queremos uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva, e se a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) destaca entre as competências a serem desenvolvidas pelo currículo a “capacidade de exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro”, a escola precisa prover, para estudantes, educadores(as) e servidores(as), situações concretas em que tais capacidades sejam exercitadas. Apenas com a vivência, na escola, de situações em que o diálogo é necessário, é que a capacidade para o diálogo será desenvolvida, por exemplo.

Baseando-se fortemente em dados de pesquisas quantitativas, principalmente a [TALIS](#) (Teaching and Learning International Survey, ou Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem, em português), coordenada pela OCDE, a autora mostrou como educadores e estudantes veem as questões de convivência na escola. Além disso, salientou como o discurso de senso comum e mesmo a visão de educadores sobre o tema são muito influenciados pela mídia, que faz generalizações e simplificações ao divulgar estudos e pesquisas, e também por falhas conceituais e metodológicas de muitas das pesquisas feitas sobre o tema.



O mais grave erro conceitual de alguns estudos, que infelizmente são os mais divulgados pela mídia, porque geram polêmica, é não distinguir entre condutas que perturbam o ambiente escolar, como atitudes de incivilidade, indisciplina, e transgressões, e condutas efetivamente violentas, como o bullying, agressões físicas, entre outras. Se qualquer palavrão ou queixa mais veemente de aluno(a) para professor(a) for interpretado como agressão violenta, e não como “contraconduta”, uma maneira de agir/reagir e se relacionar na escola como ele ou ela costuma agir em seu meio social e na família, a escola perderá a chance de lidar com esses tipos de “quebra do contrato pedagógico” por meio de intervenções proativas e preventivas. Reportagens de mídia simplificadoras acabam consolidando entre a população em geral e educadores a impressão de que a violência na escola, no sentido estrito, está aumentando, quando isso não é verificado nos dados concretos. O que tem aumentado são outras atitudes disruptivas, que desgastam todos os envolvidos.

O risco gravíssimo que se corre ao falhar na interpretação do problema, assumindo se tratar de uma violência crescente que precisa ser criminalizada e combatida com métodos mais rígidos de disciplinamento, ou mesmo enfrentada com medidas de segurança, é errar na modelagem das políticas públicas e no uso dos recursos. Isso não significa que medidas de segurança não devam ser tomadas em escolas cujo entorno seja particularmente vulnerável à criminalidade violenta. O fundamental é entender que estamos falando de fenômenos distintos, que merecem das secretarias de educação e das escolas medidas diferenciadas. Gastar com câmeras de segurança pode até reduzir furtos nas escolas, mas para provocar mudança de atitudes como a depredação é preciso investir, por exemplo, em criar vínculos dos jovens com a escola, é preciso formar professores(as) no campo da psicologia moral, para que consigam efetivamente educar para a cidadania.

Telma Vinha faz questão de frisar que atitudes desrespeitosas de estudantes não devem ser aceitas como “normais”. Ao contrário, trata-se de quebras cotidianas do "contrato pedagógico", rompimento da confiança necessária nos relacionamentos interpessoais para o estabelecimento de um processo de ensino e aprendizagem de qualidade. Na pesquisa TALIS de 2018, professores(as) brasileiros(as) relataram usar quase 20% do tempo da aula para manter a disciplina. Ocorre que, quando um(a) aluno(a) se envolve em uma situação de conflito, ele ou ela precisa sentir que a escola é um lugar de proteção e solução dialógica das disputas, ter confiança nos adultos e acreditar que a resolução será justa e eficaz. Ao invés disso, [estudo de 2016](#) realizado pela Flacso, OEI e MEC mostrou que as escolas reagem a esses casos chamando os pais ou responsáveis (39%), dando advertências ou suspensões (26%), transferindo ou expulsando os alunos (11%) ou mesmo chamando a polícia (8%). Estudos norteamericanos mostram que em escolas com muitas advertências ou suspensões o desempenho dos alunos, mesmo daqueles não envolvidos, é mais baixo, e que punições como essas só levam à reincidência e abandono escolar.



Diante desse cenário, e retomando a pergunta feita no início, Telma conclui afirmando que, se queremos formar adultos autônomos e solidários, as intervenções para melhorar a convivência na escola precisam articular três abordagens: a institucional – garantir práticas sistemáticas como mediação, grupos de apoio, assembleias, etc. –; a curricular – incorporando conteúdos de educação moral e competências socioemocionais – e a interpessoal – a transformação da sociedade começa na pessoa do(a) educador(a), do(a) aluno(a), e nas relações entre eles. Apenas (re)conhecendo e enfrentando nossas atitudes autoritárias e violentas, fruto da história e cultura brasileiras, é que transformaremos as novas gerações. A Seduc, por meio do [Conviva SP](#) (Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar), tem fortalecido muito as ações nesse campo, inclusive em parceria com o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Moral da Unicamp e Unesp, cujas coordenadoras são a Profa. Dra. Luciene Regina Paulino Tognetta e a própria Telma.

Cartas

OU MELHOR, EMAILS...

Queremos saber o que estão achando do Boletim. Escrevam para o Escritório de Evidências (evidencias@educacao.sp.gov.br). Nos mandem dicas de iniciativas ligadas a evidências e educação que merecem divulgação, para a sessão "O que há de novo". Digam como podemos melhorar o Boletim, ou que assuntos gostariam de ver nos seminários. Quem quiser colaborar com texto breve de análise de um assunto para a seção "Evidências Educacionais em Debate", mande para a gente! Faremos, é claro, uma análise para ver se cabe na proposta do boletim. Sigam-nos também no [Instagram!](#)